

Cumprimento os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, público presente e os amigos que nos acompanham em tempo real pela Internet.

Após dez sessões legislativas, com mais de 14 horas de debates e com a rica participação de 30 debatedores, a nossa sessão de hoje será dedicada a ouvir o parecer do Relator, o Deputado Orlando Silva.

Está em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019 que altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais e para fixar competência privativa da União para legislar sobre o tema.

A produção de conhecimento em torno da matéria foi incessante durante as audiências públicas que realizamos no âmbito da nossa Comissão Especial.

Avalio que cumprimos nossa missão — dentro do que estabelecemos em nosso roteiro de trabalho — de dar voz a múltiplos atores representativos interessados em contribuir neste processo.

Esta produção de conhecimento só foi possível graças ao empenho de todos os Deputados, Deputadas e de suas assessorias e consultorias.

A interação dos Deputados nas audiências e indicações de nomes para compor nossos diálogos trouxe o dinamismo necessário aos nossos trabalhos legislativos.

Este comprometimento enriqueceu, fortaleceu e difundiu de modo notável nossa Comissão Especial atingindo diversos setores da sociedade civil.

Afirmo isso porque venho recebendo, por meio das minhas redes sociais, diversas demandas a respeito do tema que estamos discutindo neste momento.

Portanto, agradeço a dedicação de todos os Parlamentares nesta jornada.

Como disse na sessão passada, uma lei não muda uma cultura. Mas acredito que uma mudança cultural faz uma lei funcionar melhor.

Estamos assistindo a Lei Geral de Proteção de Dados ganhar espaço na agenda corporativa do nosso País. Ou seja, há um avanço no fortalecimento da

cultura da LGPD no Brasil. Seminários, palestras, *workshops* e capacitações direcionadas para lideranças empresariais tem se espalhado por todo território nacional.

A somatória de esforços desta Comissão tem contribuído para este avanço.

Desde 2016 venho ajudando a liderar esta pauta da proteção de dados pessoais no Parlamento brasileiro e em outros temas de relevância nacional e internacional. Sei muito bem que ninguém mobiliza uma agenda desta dimensão apenas por vontade. É preciso construir pontes.

Presidi a Comissão Especial que deu origem à LGPD, que entrará em vigor em agosto de 2020.

Ouvir o contraditório e respeitar quem pensa diferente foi à ponte que nos conduziu a aprovação da matéria por unanimidade naquela oportunidade.

O apoio e a confiança do Presidente Rodrigo Maia a esta Presidência da PEC 17/19 e na Comissão que deu origem à LGPD, contribuiu para consolidar esta pauta no Congresso Nacional.

Esta agenda é cara ao Brasil porque além de garantir a proteção de dados aos cidadãos poderemos consolidar padrões internacionais de proteção de dados equivalentes aos grandes blocos econômicos como a OCDE.

Aliás, quero louvar a iniciativa do Presidente Rodrigo em criar uma Comissão de Juristas para elaborar um anteprojeto aplicável à segurança pública e aos temas de investigações penais e repressão de crimes.

Mais uma vez o Parlamento brasileiro se mostra protagonista neste processo.

Dito isso, gostaria de fazer um agradecimento especial ao nosso Relator, o Deputado Orlando Silva, que esteve presente em 100% das nossas audiências públicas. Ele pôde coletar, tratar e armazenar diversos dados e informações sobre como pensa o setor privado, o setor público, organizações sociais, pesquisadores, estudantes sobre inserir a proteção de dados pessoais

entre os direitos fundamentais e a fixar competência privativa da União para legislar sobre o tema.